

ESCRITA QUE (DES)MASCARA: CONSIDERAÇÕES SOBRE ORTOGRAFIA PORTUGUESA OITOCENTISTA EM MANUSCRITOS GOIANOS

WRITTEN THAT (DES)MASK: CONSIDERATIONS ABOUT PORTUGUESE ORTHOGRAPHY NINETEENTH CENTURY IN MANUSCRIPTS OF GOIÁS

ESCRIBIENDO QUE (DES) MASCARA: CONSIDERACIONES SOBRE LA ORTOGRAFÍA PORTUGUESA ORTESCENTENTE EN LOS MANUSCRITOS DE GOIANOS

*Maiune de Oliveira SILVA**

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar dados e análise sobre a escrita em documentos eclesiásticos goianos, escritos no século XIX. Para tal, o material de nosso estudo é um *códex* manuscrito entre os anos de 1839 a 1842, com assentos de batismos de escravos e suas progênies, além de pessoas livres. Observamos, no estudo, caracteres ortográficos, como fronteiras de palavras que representam os vocábulos fonológicos e/ou morfológicos, a posição do sinal diacrítico ou a ausência dele favorecendo a formação de ditongos e monotongos ou os representando como ocorreriam na fala. Como referencial teórico, utilizaremos Higounet (2003); Megale *et al.* (2007), Fachin (2011), entre outros que versam acerca desta temática.

Palavras-chave: Manuscritos; Goiás; Variação gráfica; Século XIX.

Abstract: This article presents data and analysis about writing in Goiás's ecclesiastical documents, written in the nineteenth century. For this purpose, the material of our study is a manuscript codex between the years 1839-1842, with baptismal certificates of slaves and their progeny and of free people. We observe that orthographic occurrences such as borders of words that represent words phonological and/or morphological, the position of the diacritical mark or the lack of it promotes the formation of diphthongs and monophthongs or represents the form they would occur in speech. As theoretical sources, we will use Higounet (2003); Megale *et al.* (2007), Fachin (2011), and others that talk about this issue.

Keywords: Manuscripts; Goiás; Graphical variation; XIX Century.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar datos y análisis sobre la escritura en documentos eclesiásticos de Goiás, escritos en el siglo XIX. Con este fin,

* Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Professora do Instituto Tecnológico de Goiás Aginaldo Campos Netto. Contato: maiune20@gmail.com.

el material en nuestro estudio es un códice escrito a mano entre los años 1839 a 1842, con asientos para los bautizos de esclavos y sus progenies, además de personas libres. En el estudio, observamos caracteres ortográficos, como límites de palabras que representan las palabras fonológicas y / o morfológicas, la posición del signo diacrítico o la ausencia de este, lo que favorece la formación de diptongos y monotongos o los representa como ocurrirían en el habla. Como marco teórico, utilizaremos Higounet (2003); Megale y col. (2007), Fachin (2011), entre otros que tratan este tema.

Palabras clave: manuscritos; Goiás; variación gráfica; Siglo XIX.

Primeiras palavras

Para que a língua se efetive como meio de comunicação, seja ela na modalidade escrita ou falada, é necessário que haja um sujeito remetente, um receptor e uma mensagem. A comunicação humana exige que haja interatividade entre os interlocutores, de modo que um não atue como um mero receptor paciente (COELHO, 2005).

Para esse autor, a comunicação só pode ser efetivada se a mensagem for construída tomando por base um código que possa ser compreendido, mesmo que parcialmente, pelos sujeitos que estão se comunicando. A mensagem compartilhada por um e outro é constituída por signos linguísticos, nesse caso, pelo *verbum* (palavra), daí a denominação linguagem verbal.

Sabe-se que a comunicação não pode ocorrer de modo aleatório, por isso é necessário haja uma sequência ordenada dos signos conforme sugere a gramática da língua na qual a mensagem é elaborada. Há de se considerar que outras modalidades de língua existem, no entanto, pautaremos apenas na linguagem verbal, mais especificamente, na língua realizada na modalidade escrita, uma vez que nosso material de estudo é um livro manuscrito que teve como principal fim registrar o assento de pessoas submissas ao sistema escravocrata, bem como de pessoas livres, constituindo-se de signos escritos à mão, com pena de metal e tinteiro.

Há de se considerar que a escrita nem sempre permaneceu no estágio que se encontra atualmente. Em épocas anteriores, a arte de escrever se serviu de suportes e materiais de escrita diversificados, vez que havia poucas pessoas que dominavam essa técnica. Soma-se, ainda, que a matéria-prima e da tinta utilizadas para escrever eram exíguas e de dispendioso valor.

Sob esta ótica, discorreremos acerca dos materiais e métodos utilizados por nossos antepassados para estabelecer a comunicação entre seus pares, contemplando os períodos que antecederam os manuscritos.

A estrutura do nosso estudo contempla, primeiramente, sobre as etapas percorridas para a consolidação da escrita alfabética; posteriormente, teceremos considerações acerca de alguns aspectos da escrita encontrados no manuscrito e, para finalizar, traçamos os perfis de cada período da escrita, concatenando-os com nosso objeto de estudo.

Principais etapas para a consolidação da escrita alfabética

1.1 Escrita cuneiforme

Etimologicamente, a escrita cuneiforme significa em *forma de cunha*. Especificando os radicais latinos que lhe dão essa significação, encontramos *cuneus* = cunha e *forme* = em forma de. De modo similar, essa nomenclatura caracteriza o aspecto exterior anguloso dos grafemas desenhados para compor essa escrita (HIGOUNET, 2003).

Higounet (2003) assevera que esse tipo de escrita foi amplamente utilizado nas tabuletas de argila pelos sumérios que viveram na região da Mesopotâmia nos séculos IV e III A.C. Para fixar a pictografia nesse mineral argiloso, os escritores utilizavam junco cortado de forma oblíqua, segurando-o com a mão fechada. Casualmente, se utilizavam materiais como pedras para a confecção e fixação desses símbolos; para tanto, fazia-se uso de pregos triangulares. Durante 1.500 anos, os sumérios foram o grupo dominante no Oriente Médio, os quais cultivaram uma literatura vasta sobre o sistema jurídico, administrativo, comercial e religioso.

Sobre essa população, o autor explica que eles não eram autóctones, no entanto, sua origem permanece obscura. Esse conceito se estende também à língua utilizada por eles, pois pouco se sabe sobre ela. Tem-se ciência que a língua deles era do tipo aglutinante.

A opção de usar figuras semelhantes distinguindo-as com alguns traços para mudar a sua significação, partiu da “necessidade de notar a língua sem multiplicar desmesuradamente o número de sinais correspondentes às palavras” (HIGOUNET, 2003, p. 32). Percebe-se, então, que esse modelo de desenho passou para a escrita sem grandes

alterações, haja vista que há muitas línguas indígenas brasileiras aglutinantes e algumas africanas, do grupo bantu, dentre outras.

Acerca da invenção representativa do sistema de agregado lógico, do sistema de determinativos e do sistema de rébus que foram cruciais para o processo de fixação da linguagem na fase de transição entre o sistema analítico e o sistema fonético, o autor ilustra que:

[...] o agregado lógico (justaposição de dois sinais que exprimiam uma ideia nova: por exemplo, *mulher* e *montanha*, justapostos, dão o sentido de escravo). Os sumérios inventaram também o sistema de determinativos (sinais não pronunciados postos diante das palavras, indicando a categoria a que elas pertencem e, conseqüentemente, completando sua significação própria: por exemplo, o mesmo sinal do arado, precedido do determinativo *homem*, significa o *lavrador*, e precedido do determinado *madeira*, o próprio instrumento de arar). Por fim, a existência de palavras homófonas viabilizou o procedimento do rébus, ou seja, a escrita de palavras novas pela justaposição de sinais dos quais só se conhece o valor fonético (HIGOUNET, 2003, p. 32-33, com destaques do autor).

Cabe lembrar que esse não foi o único sistema analítico que antecedeu a escrita fonética, no entanto, não discorreremos sobre todos eles. Aqui, elencaremos as escritas que foram mais representativas para a consolidação da escrita alfabética até idos do século XIX, época dos manuscritos de nosso estudo¹.

1.2 Escrita egípcia

A escrita egípcia foi um dos mais importantes sistemas de escrita do mundo antigo. Sua primeira forma foi denominada escrita hieroglífica, do grego *hieros* = sagrado e *glyphhein* = gravar e *grámmata* = letras, em uma tradução literal: “letras sagradas esculpidas”. Foi assim conceituada porquanto essa escrita era encontrada nos monumentos e, geralmente, era gravada em pedras, por isso os egípcios acreditavam que ela representava a fala dos deuses, tendo fim exclusivamente religioso. Todavia, essa representação gráfica era utilizada para cobrir de cor as madeiras, as louças de barro,

¹ Para saber mais informações sobre os outros tipos de escrita, cf. Higounet (2003).

as pedras e outros documentos escritos em papiro (HIGOUNET, 2003).

Os hieróglifos eram considerados uma espécie de escrita oculta e poucos conseguiam entender o seu significado. Os sacerdotes egípcios se utilizavam desse meio para se comunicarem secretamente; algumas pessoas consideravam esses códigos escritos como se fossem meramente simbólicos, pelo fato de não entenderem o que estava grafado, apenas cogitando o que poderia estar escrito neles (HIGOUNET, 2003).

A representação gráfica suméria-acádica era outro tipo de escrita que com ela conviveu concomitantemente. Mas, a escrita hieroglífica sobressaiu àquela, porque preservou o uso de símbolos que favoreceu a sua decomposição em fonemas. Diferentemente da cuneiforme, essa escrita não foi amplamente disseminada, ficou circunscrita à língua e às regiões do Egito (HIGOUNET, 2003).

Destarte, segundo o autor, o suporte para executar essa escrita podia ser de material duro ou brando, tais como pedras, madeiras ou papiros. Inicialmente, esse sistema era constituído por símbolos fonéticos e ideogramas. Apenas a partir da terceira dinastia, essa escrita alcançou perfeição e deixou de variar até o fim de seu uso, no século III d.C.

1.3 Escrita alfabética

A origem da palavra alfabeto já foi bastante difundida. Sabe-se que ela vem da união das duas primeiras letras do alfabeto grego *alfa* e *beta*. Migrado do latim para o português, o *alfabetum* pode ser definido como um conjunto de fonemas que exprimem os sons de uma língua.

A língua durante muito tempo só existiu na modalidade falada. A tentativa de representação gráfica da língua é recente se cotejada com a fala. O meio ideográfico, isto é, a reprodução da fala através de desenhos e pinturas, foi por longos anos o único meio pelo qual os primórdios se expressaram. A escrita cuneiforme e a hieroglífica configuraram o desenvolvimento desse sistema de escrita, culminando no uso do alfabeto com valor fonético.

Foi através das investigações de ambas as escritas que se descobriu o protótipo da escrita alfabética denominada norte-semítica. Na posteridade, a escrita consonântica formada por vinte e dois

símbolos traçados da direita para a esquerda teve como ancestrais as escritas hebraica, moabita, fenícia, aramaica e grega (HIGOUNET, 2003).

Em consonância com esse autor, apreende-se que a datação oficial do alfabeto é imprecisa. É comum apontar o ano de 1900 a.C. como o período da descoberta de dezesseis textos escritos em língua semítica encontrados em Serabit-el-Khaden, na península do Sinai. Nestes textos, foram constatados vinte e sete símbolos distintos e nitidamente alfabéticos.

O alfabeto fenício foi adotado pelos gregos e se tornou progenitor de todas as outras escritas alfabéticas ocidentais, mas este alfabeto não possuía vogais. Cientes destas dificuldades, os gregos introduziram a ele vogais para facilitar a decifração. Outra inovação imposta pelos gregos foi o movimento de direção da escrita, isto é, foram eles que, contrariando o hábito dos semitas, iniciaram a escrita da esquerda para a direita (COUTINHO, 1970).

Este alfabeto adotado pelos gregos por volta de 1900 a.C. tomou consistência no século IV a.C. Os alfabetos europeus se originaram do fenício; o latino, oriundo do grego, era composto por apenas 16 letras. Só mais tarde foram acrescentadas as letras g, h, j, k, q, v, x e y.

Os gregos representaram papel de suma importância na história da escrita alfabética. A escrita dos semitas adaptada por eles foi o princípio (in)direto de todas as escritas alfabéticas utilizadas na Europa hodiernamente; e, conquanto tenham mais adaptado do que engendrado, eles a aperfeiçoaram de tal maneira que, durante três mil anos, a língua sofreu pequenas modificações e se tornou um veículo ímpar de expressão e comunicação dos homens de diferentes idiomas e nacionalidades.

A grafia dos manuscritos: fronteiras de palavras e vocábulos mórfico e fonológicos

Antes de dar ênfase às características gráficas encontradas nos documentos manuscritos material de nosso estudo, vale destacar acerca da temática que os envolvem. Este livro eclesiástico foi escrito entre os anos de 1839 e 1842; nele, encontramos atas batismais de crianças e adultos subjugados ao sistema escravocrata da época, bem como de

crianças que nasceram livres desse sistema opressor nos idos oitocentistas na Vila do Catalão, província de Goiás.

O responsável por realizar o ritual do batistério das crianças e adultos, nascidos na referida Vila e nas regiões adjacentes, era o pároco Manoel Camelo Pinto que assina os assentos em sinal público e raso, dando-lhes legitimidade perante a lei. O sinal público registrado nos documentos referia-se à assinatura do pároco por extenso, dando ao documento autenticidade e credibilidade. Por conseguinte, o sinal raso era uma espécie de assinatura diferenciada, quase um arabesco, geralmente colocada pelo autor após o sinal raso para atestar maior segurança ao documento, devendo ser próprio e particular de cada escrevente, de traçado quase inimitável. Não há referências claras acerca da origem desses sinais, mas ao que tudo indica eles foram originários das Ordenações Filipinas (1603) que regulamentavam vários preceitos sociais, muitas ainda hoje vigentes.

É digno de nota que a escrita encontrada nesses documentos se diverge bastante da escrita contemporânea. Naquela época, as condições para se grafar eram outras: muito se escrevia a partir de hábitos de escrita, pois não existiam acordos oficiais para normatizar e padronizar a escrita. Por isso, supomos que escribas se apoiavam na oralidade ou na intuição para formalizar graficamente os documentos que lhes eram apresentados.

Diante deste cenário, constatamos algumas oscilações gráficas, como <nasceo> / <nasseo>, <des> / <dez>, <Iesus> / <Jesus>. Além das hipóteses acima elencadas, acresce-se o fato de a escrita ser uma convenção gráfica idealizada pelo ser humano, fator que provocava, e ainda provoca, imbróglia no momento de escrever. Todavia, esse processo de escrita não era aleatório, pois se cotejado com outros documentos escritos por escribas distintos e em locais diferentes, é possível encontrar oscilações gráficas semelhantes que corroboram com o modo de escrever oitocentista ou até mesmo de períodos anteriores (FACHIN, 2011).

Desta feita, insta ressaltar que a letra do manuscrito é cursiva. De acordo com Acioli (2003), essa escrita surgiu em decorrência da troca do material duro por um mais brando e, também, da dificuldade de se traçar a escrita assentada que era trabalhosa e o escriba despendia muito tempo na sua elaboração.

Embora haja mudança de punho nas atas batismais, notamos uma regularidade no traçado dos grafemas. Em alguns momentos, as letras são transcritas por ligaduras, isto é, as fronteiras de palavras não são separadas por espaço em branco, configurando os vocábulos fonológicos. Antes de adentrarmos mais profundamente no assunto e para uma melhor visualização da estrutura dos registros, veja-se um excerto extraído do documento².

||5v.|| Aos vinte e dous dias domes de Janeiro de mil oito centos e qua-|renta annos nesta Matris deNossa Senhora Mai↓ de Deos do | Catalaõ Bispado de Goias Batizei Solimne mente epus os | <Ioze> Santos Olios ao innocente Jozé que nasceo a quinze do mesmo | mês, filho ligitimo de Raimundo Nonato daCosta e Adriana| Maria daComceição pardos moradores na Fazenda da Lagoa | e vivem de lavoura foraõ Padrinhos Manoel Affonço de Al | meida e Maria Justa daComceição, de que para constar fis | este assento. [espaço] OPárocho Manoel Camelo Pinto.

Notamos nesses documentos que nem sempre a fronteira de palavras era estabelecida, assim, da quarta à sétima linha o determinante se acopla ao seu determinado; o sobrenome **Costa** se encontra apenas à preposição **da**; o mesmo ocorre com **daComceição**, que se repete na quinta e sexta linhas, bem como o substantivo **Parocho** que se aglutina ao artigo **o**.

Megale *et. al.* (2007) explicam que a ausência de fronteiras de palavras pode ser ocasionada pelo fato de

[...] a letra ter um traçado corrente a mão, que liga os grafemas na medida em que são escritos. Ao ligarem-se as letras desenvolvem-se as chamadas ligaduras, traços leves que ligam uma letra a outra dentro da mesma palavra ou que liga entre si as partes de uma mesma letra. Essa é a razão pela qual esta escrita é conhecida como cursiva, escrita *corrente calamo* [...]. O encadeamento dos grafemas por meio de ligaduras vai além desses limites, pois ao emendar as letras de um mesmo vocábulo, liga também a última letra de um à primeira do subsequente (MEGALE *et al.*, 2007, p. 132).

² As atas batismais são formulaicas, isto é, todos os assentos seguem o mesmo modelo de escrita.

E em outra página acrescentam,

A respeito dessa questão da fronteira de palavras, uma das hipóteses para o acoplamento de vocábulos parte da associação do fluxo da escrita com a capacidade de tinta da pena. Consumida a tinta da pena, o escriba levanta a pena da ave do suporte e leva-a ao tinteiro, para então voltar a escrever. Terminando o ato de reabastecimento da tinta, o punho volta ao suporte, mas dificilmente ao exato ponto em que deixou o último traço. Ainda que procurasse essa ligação, deixaria inequívoco vestígio (MEGALE *et al.*, 2007, p. 143).

Apesar de ser hipotética porque não dispomos de dados da oralidade da época pela absoluta falta de gravações ou de indivíduos que atestem essa asserção, a passagem corrobora com o que pensamos *a priori*, ou seja, que o reabastecimento do pincel na tinta podia provocar o acoplamento dos vocábulos. Entendemos, ainda, que a ausência de um acordo oficialmente homologado para grafar e as marcas de oralidade contribuíram mormente para a proliferação do acoplamento desses vocábulos. Desta guisa, cabe aqui uma definição do que vem a ser vocábulo e dos desdobramentos que o acompanham.

Compreendemos por vocábulo o bloco sonoro significativo que abrange tanto os itens lexicais quanto os gramaticais. Nas palavras de Câmara Júnior (1971, p. 34), palavra e vocábulo não se confundem; para ele, a palavra³ é um tipo especial de vocábulo, porquanto ela abarca os verbos e os substantivos, vocábulos autônomos foneticamente. A estes, acrescentamos os adjetivos, por serem também plenos de sentidos/significado.

Faz-se mister, então, diferenciar o vocábulo fonológico do vocábulo morfológico. A grosso modo, Câmara Júnior (1971) identifica o primeiro como uma ausência de interrupção na cadeia falada. Já o segundo diz respeito a um segmento que se individualiza dos demais por um espaço em branco em função de um sentido específico que lhe é conferido. Desta feita, o vocábulo fonológico estaria para a fala, assim como o vocábulo mórfico estaria para a escrita.

³ Na definição de Coelho (2006, p. 61) “a palavra é uma unidade significativa memorizada no seu todo, produzida pela atividade dos homens em sociedade”.

No entanto, na fala, essa divisão não é tão simples, pois nessa modalidade ambos vocábulos podem ser concorrentes. Para melhor entendermos essa discussão, cabe dar relevo às palavras de Câmara Jr. (1971, p. 34-35):

Para os vocábulos fonológicos, seria um erro supor que eles se separam entre si por pausas na corrente da fala. Os espaços em branco, usuais na nossa língua escrita, não são indicações de interrupção de emissão de voz na língua oral. As pausas marcam uma divisão acima dos vocábulos, que é a do <<grupos de força>>. Assim, entre um substantivo e o adjetivo que o qualifica (ex. campo aberto ou livro excelente ou grande homem) não há qualquer pausa, embora haja dois vocábulos fonológicos. Há pausa entre qualquer dessas enunciações e um verbo, por exemplo, porque elas constituem um grupo de força e o verbo outro grupo.

É válido lembrar que a escrita encadeada, provavelmente, não era definida por algum critério gramatical, como seria a escolha dos determinantes ou dos pronomes oblíquos acoplados aos seus determinados e às suas formas verbais. Naquela época, já havia gramáticas e dicionários que descreviam o funcionamento da língua e a forma padrão de se escrever com acerto a língua portuguesa, mas pelo visto, os escribas não seguiam essas regras, ou se seguiam, seu uso era adotado parcialmente.

Em contrapartida, há também os vocábulos que sofrem hiato devido ao fluxo lento do traçado do escriba, que levantaria a pena várias vezes. Esse costume inofensivo se justificaria pelo hábito de escrever e, também, pela inabilidade do escriba (MEGALE *et al.*, 2007). Cabe dizer que no *corpus* analisado quase não há essa ocorrência, o que nos faz conjecturar que o escriba possuía as mãos hábeis. Alia-se a isso o fato de ser um documento eclesiástico que não podia ser escrito por escribas inábeis ou que escreviam fortuitamente. As atas batismais eram documentos eivados de fé pública, por isso o escriba deveria conhecer minimamente a composição dos vocábulos e ter prática com a ortografia da língua portuguesa utilizada nos idos oitocentistas.

Essa discussão acerca das fronteiras de palavras juntamente com a edição de um registro de batismo, na qual se mantém o estado de língua da época, é importante porque a modernização da edição

apagaria esse substrato linguístico, ao mesmo tempo que cancelaria a possibilidade de inferirmos sobre o domínio de escrita de quem fez o registro no livro.

O processo de nasalização em documentos manuscritos

Outro aspecto dos documentos manuscritos que merece respaldo é o processo de nasalização. É sabido que esse processo não é uma característica específica dos documentos manuscritos e tampouco teve início com os escribas dos documentos em análise neste estudo. Esse processo teve destaque na gramática de Fernão de Oliveira, primeira gramática da língua portuguesa, publicada em 1536 (PONTES, 2014) e hodiernamente possui grande relevância para o estudo da nossa língua materna.

Na gramática de Fernão Oliveira (1536), o emprego do til era para demarcar a nasalização nas consoantes sem que houvesse uma consoante nasal em posição de coda. Esse diacrítico suprasegmental tinha a função de demarcar a qualidade sonora distintiva dos vocábulos homógrafos, como por exemplo: vila e vilã (FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536 *apud* TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 16).

Segundo esse autor, os fonemas <m> e <n> não deveriam ser utilizados para nasalizar; no lugar deles, seria utilizado o diacrítico til (~). Na concepção desse gramático, o uso inapropriado dos ditongos nasais <m> e <n> configurava erro ortográfico.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o ortógrafo Madureira Feyjó (1734), que se mostrava insatisfeito com a falta de padronização ortográfica por ela acarretar diversas maneiras de escrita para um mesmo vocábulo, também deixou seu legado no que tange ao uso do diacrítico til. Para ele, nos verbos oxítonos terminados em -ão as vogais deveriam vir sobrepostas ao diacrítico circunflexo (^) e acompanhadas imediatamente pela consoante <m>. Ex: partirâm (MADUREIRA FEYJÓ, 1734 *apud* PONTES, 2014).

Os verbos oxítonos também tinham suas particularidades, principalmente os finalizados em -oer. Estes, quando conjugados na terceira pessoa do plural, deveriam vir finalizados por -em (expõem). Para Madureira Feyjó (1734), o til diferia os ditongos dos hiatos. O uso de <m> ou <n> nas codas não era alvo de críticas pelo autor, no

entanto, ele sugeria que o til demarcasse a existência dos ditongos (MADUREIRA FEYJÓ, 1734 *apud* PONTES, 2014).

Para os substantivos próprios, a regra era outra: os nomes terminados em sílaba tônica deveriam ser escritos com <ão>, os nomes breves levariam o acento na última ou na antepenúltima sílaba, são exemplos os substantivos Sebastião e Estêvão, respectivamente (MADUREIRA FEYJÓ, 1734 *apud* PONTES, 2014).

Gonçalves Viana (1982, *apud* PONTES, 2014) destaca que a nasalidade pode acompanhar a emissão da vogal sem que haja o espriamento para as vogais antecedentes e/ou subsequentes. Para marcar som nasal em vogais, utiliza-se o diacrítico til. Neste caso, a pronúncia da vogal sempre será fechada, porque as vogais tônicas são mais suscetíveis de nasalização ou, então, lança-se mão dos grafemas <m> ou <n> para nasalizá-las.

Nos documentos manuscritos, provavelmente os copistas se serviam dessa última regra postulada por Viana, porquanto a nasalização ocorria tanto pelo uso do diacrítico til quanto pelo uso dos grafemas <m> e <n>. Entretanto, é difícil precisar se eles tinham conhecimento dessa norma ortográfica.

Willians (1973) explica que o uso de <m>, <n> e do diacrítico til (~) para demarcar nasalização ocorria apenas no meio e no fim da sílaba de um vocábulo. Segundo o autor, o til foi utilizado no lugar do <m> numa tentativa de ganhar espaço e manter o vocábulo dentro da margem do manuscrito.

Antes de extrairmos exemplos do *corpus*, faz-se mister elucidar o que vem a ser o processo de nasalização. A nasalização é compreendida como um processo fonológico no qual a corrente de ar provinda do pulmão, ao passar pela glote e encontrar a passagem nasofaríngea desobstruída pelo rebaixamento do véu palatino, desvia parte do fluxo de ar para a cavidade nasal (CALLOU; LEITE, 2003, p. 22).

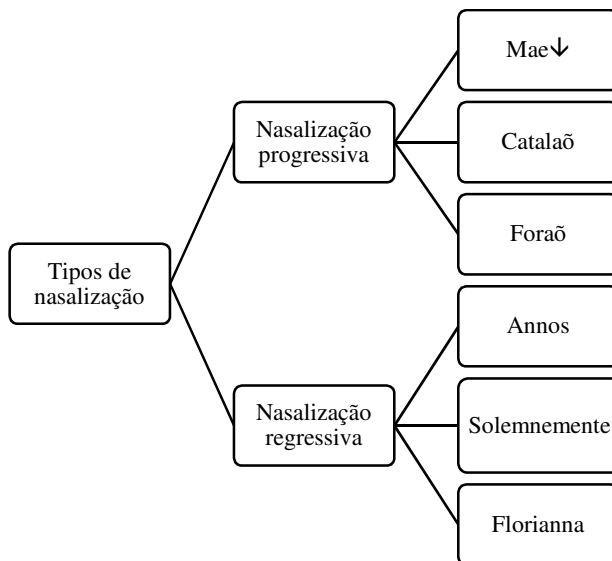
A regra de espriamento nasal – quando a nasalização atinge os grafemas procedentes e/ou antecedentes – aplicou-se às regras ortográficas do manuscrito e foram representadas de maneiras distintas. Para a nasalização progressiva, utilizou-se o diacrítico til; já a nasalização regressiva foi representada pelo grafema /m/.

Desta feita, julgamos pertinente trazer à baila as considerações de Câmara Jr. (1970) ao asseverar que quando uma vogal é nasalizada

pelo diacrítico til (~), a vogal nasal e o fonema silábico ficam entendidos como elementos constitutivos, vez que a vogal e o elemento nasal se combinam para formar uma sílaba.

Vejam-se alguns exemplos extraídos do livro de batismo:

Gráfico 1 - nasalizações no livro de batismo (1839-1842)



Fonte: acervo digital do LALEFIL. Org.: as autoras

Por fim, apreendemos, por ora, que o fenômeno de nasalidade vocálica é complexo e vai além das considerações preliminares abordadas nesse estudo. No entanto, esse fenômeno nos ajudou a compreender um pouco mais das particularidades da escrita oitocentista, vez que ele foi muito utilizado pelos escribas que redigiram os assentos de batismo.

Localização cronológica dos períodos da escrita e seus desdobramentos

Na esteira de Coutinho (1970), a ortografia, antes da sua primeira padronização, sempre foi um campo minado. No período

arcaico (século XIII ao XV), quando tiveram início os primeiros rudimentos de Língua Portuguesa escrita, nota-se que os teóricos são unânimes ao dizer que se observa uma irregularidade na escrita. Por conseguinte, os primeiros textos escritos em língua portuguesa tendiam a seguir a fonética dos escritores. Na tentativa de combater as incongruências gráficas, recomendavam-se que os escritores fossem leitores assíduos das obras dos escritores clássicos gregos e romanos, especialmente de obras cujo assunto fosse moda.

Essa imposição foi debalde. Os escritores não a acataram e os ortógrafos da época se revoltaram contra ela. No entanto, não é difícil imaginar o motivo das várias ortografias existentes naquele período, pois a etimologia não tinha o caráter científico e, menos ainda, o peso que possui hodiernamente. Ela dependia, em grande parte, do livre arbítrio de cada escritor (COUTINHO, 1970).

Desta feita, a história da ortografia está dividida em três períodos, os quais fazem-se mister saber:

Período fonético: iniciou-se no século XIII, com os primeiros documentos escritos em língua portuguesa e se estendeu até o século XVI. O fito dessa escrita era facilitar a leitura, dando ao leitor uma escrita a mais fiel possível à oralidade. Uma característica desse período foi o uso abundante de consoantes geminadas quando seu valor fonético era diferente das consoantes simples e grafias distintas para um mesmo vocábulo, como a vogal <i> que era também representada por <y>. Segundo Coutinho (1970, p. 72), “escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido”.

Faria (1970, p. 117) assevera que, em Latim, as grafias duplicadas não eram representadas na escrita. Esse sistema gráfico ocorreu pela primeira vez no decreto de Paulo Emílio, de 189 a. C, cuja prática de se dobrar consoantes se atribui ao Poeta Ênio. Segundo o autor, a primeira noção desta escrita ocorreu em 132 a. C, numa inscrição denominada *Miliario de Popílio Laenas*, cujo objetivo primeiro era diferenciá-las das consoantes simples.

Por sua vez, Coutinho (1970, p. 120) diz que no Latim Vulgar, a representação gráfica das consoantes geminadas havia caído em desuso e esta simplificação foi adotada pela língua portuguesa. No Latim Clássico, elas eram utilizadas em posição medial. Said Ali (1921) afirma que o uso de consoantes geminadas era meramente estético.

Embora nosso documento manuscrito esteja situado em período posterior, notamos algumas características gráficas que fazem menção a este período, embora nem sempre as consoantes geminadas fossem empregadas com valor sonoro distinto das consoantes simples.

Vejamus alguns exemplos deste período, extraídos do *corpus*: *Jesus e Iesus; Nação e nassam; innocente e inocente; Goiáz e Goyáz; dez e des; sette e sete; Mai e Mae* ①; *baptizei e batizei; legitimo e ligitimo; pellas e pillas, olios* dentre outras.

Período pseudo-etimológico: iniciou-se no século XVI e durou até o século XIX, no ano de 1904, quando foi lançada a *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana. Nesse período, houve algumas recorrências gráficas do período anterior, tais como o uso de consoantes geminadas e insonoras de grupos consonantais oriundos do grego, mas sua principal marca foi o uso de consoantes que resgatavam o valor etimológico do latim, principalmente no que respeita ao uso da consoante surda -g; o grupo das consoantes -pt, -ct e o -h, que eram provindas do francês. Em nosso *corpus*, as poucas ocorrências existentes, de acordo com as concepções de Coutinho (1970), se referem à vocábulos de etimologia francesa, vejam-se os seguintes exemplos: *honde, hum, parocho e baptizei*.

Sobre esses dois períodos, cabe citar Farias (1970, p. 118) ao relatar que

Pela relativa pouca importância dada no período clássico às questões de ortografia, não havia ainda neste tempo um sistema uniforme de escrita seguido por todos os escritores, o que, aliás, jamais se verificou em latim. Segundo o testemunho das inscrições desta época, consignaram-se não só variantes de grafia de uma epígrafe para outra, mas até numa única e mesma inscrição. Em geral eram dois os critérios adotados em matéria ortográfica, como ainda acontece nos tempos modernos: ou se procurava grafar o vocábulo atendendo a sua origem (critério etimológico), ou se tinha a preocupação de reproduzir pura e simplesmente a pronúncia correta (critério fonético).

Período simplificado: principia-se com a publicação da obra *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, em 1904, e se estende até os dias atuais. Nesta obra, o autor questiona o grande número de

vocábulo grafados sem se explicar o motivo. Desta feita, ele lançou mão de alguns princípios que deveriam ser paradigmas para qualquer simplificação ortográfica. Listamos a seguir, quais foram esses mandamentos ditados pelo foneticista.

- 1- Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega, *th*, *ph*, *ch* (=k), *rh* e *y*.
- 2- Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores particulares.
- 3- Eliminação de consoantes nulas, quando não influam na pronúncia da vogal que as preceda.
- 4- Regularização da acentuação gráfica (COUTINHO, 1970, p. 78, grifos do autor).

Coutinho (1970) acrescenta que algumas pessoas protestaram contra a obra do autor, mas os argumentos falhos e ausentes de embasamento científico dos protestantes foram derrubados na primeira tentativa. Os princípios básicos para a uniformização da escrita foram cunhados por Gonçalves Viana a partir da elaboração desta obra.

A partir de então, o governo português, com o intuito de uniformizar a língua escrita, nomeou uma comissão de ilustres linguistas que deram impulso à ideia gestada pelo foneticista. Então, depois de concluído o trabalho, foi encaminhado ao chefe do Executivo Português, que no domínio e gozo de sua portaria de primeiro de setembro de 1911, tornou obrigatório para Portugal e seus domínios o uso da nova ortografia, cujo objetivo principal era neutralizar a variação existente na língua.

Malgrado os linguistas brasileiros não terem sido consultados de antemão, a reforma ortográfica atendia aos aspectos fônicos da língua além-mar. Contudo, isso não obstou que os linguistas brasileiros perfilhassem a ideia. Certamente, nesta obra houve falhas que precisaram ser revistas para o aprimoramento da nossa ortografia, mas não podemos negar a inestimável colaboração deste foneticista para a uniformização da ortografia brasileira, uma vez que em tempos pretéritos cada autor tinha a própria maneira de grafar, sem se preocupar com a importância da uniformidade da escrita para a leitura.

Pós as incursões sobre os três períodos pelos quais passaram a ortografia, vale mencionar que o manuscrito de nosso estudo se

enquadra no segundo período, embora haja algumas evidências do primeiro.

Outro fator meritório de destaque nas atas batismais são as abreviaturas. Segundo Acioli (2003), Flexor (1991) e Costa (2007), o sistema abreviativo era utilizado para economizar papel e tinta, que para a época tinham os preços dispendiosos. Ademais, há a hipótese de se ter uma grande quantidade de batismo para serem registrados (não necessariamente realizados) ao longo do dia.

Tendo em vista que o processo de abreviação é recorrente, especialmente na escrita, uma vez que as reduções ocorrentes na fala têm características distintas das abreviaturas, destacamos que este processo recorrente no material de nosso estudo não é uma particularidade dele. Nos códices de séculos anteriores também é possível encontrar tipologias semelhantes e, ainda, outras que se tornaram menos recorrentes, como as notas tironianas.

É preciso reconhecer que este processo não se fossilizou na era manuscrita e, ainda hoje, na era tecnológica, as abreviaturas têm ganhado espaço entre internautas. A chamada geração digital as utiliza para reduzir o tempo e o espaço de escrita.

Cabe mencionar que no livro manuscrito em estudo todos os assentos de batismo são precedidos de glosas. Esta técnica, na qual se escrevia o nome do batizando e sua origem ou informações sociais na parte externa à margem, geralmente balizados à esquerda, seria útil para facilitar a localização das atas batismais, caso os pais ou padrinhos precisassem de alguma informação posteriormente, já que tinham força de registro de nascimento e filiação, em uma época em que a prática cartorial de registrar filhos não era comum aos escravizados.

Concernente à letra utilizada, notamos que o escrevente utiliza abundantemente da letra cursiva e que, apesar de não haver pautas nas folhas, distribui uniformemente os vocábulos ao longo dos fólhos. As margens aparecem apenas no lado direito do verso, mas o autor material dos registros também as respeita do lado *recto*, não ultrapassando os limites estabelecidos (FACHIN, 2011).

Acreditamos, devido a essas particularidades, que trata-se de alguém de mãos hábeis, porquanto demonstra ter domínio dos vocábulos utilizados para compor as atas batismais. Em alguns momentos, todavia, deixa transparecer supostas marcas de oralidade

que configurariam alguns processos morfofonológicos, tais como alçamento e abaixamento de vogais, síncofes, apócofes, assimilações, epênteses etc. A escrita grafofonética do escriba pode ter sido motivada pela ausência de um acordo ortográfico ou, em alguns casos, pela influência do período pseudoetimológico, conforme evidenciamos anteriormente.

Cumpramos asseverar que por **mãos hábeis** entende-se os copistas ou escribas que possuíam conhecimento do sistema de escrita da época ou que dele se utilizavam com mais frequência. Por **mãos inábeis**, compreende-se os copistas que não possuíam familiaridade com o sistema de escrita. Mãos hábeis e inábeis fazem menção, portanto, à prática e ao conhecimento (orto)gráfico da época dos manuscritos (SCHREINER, 2007).

Comumente se observa que esses traços de oralidade em documentos manuscritos são realizados geralmente por mãos inábeis. No caso do livro em estudo, o escriba oficial do clérigo realizou estes processos, nos encaminhando a considerar que escrever desta maneira seria uma tendência da época.

É fato que não se deve olhar os erros ortográficos com os olhos de hoje, período no qual as normas ortográficas foram criadas e aprovadas na tentativa de evitar o pluralismo gráfico ocorrido outrora. É preciso não perder de vista que, naquela época, as normas ortográficas sequer existiam oficialmente para neutralizar este e outros tipos de problemas relacionados à (orto)grafia.

Palavras finais

Cumprimos, desta feita, o que propomos inicialmente, fazer uma discussão acerca da escrita oitocentista baseando-nos nos aspectos encontrados em nosso *corpus*. Desta feita, cumprimos, também, a segunda função da Filologia proposta por Spina (1977, p. 76), a função adjetiva, que se atenta aos problemas externos ao texto, como sua autoria e datação.

Embora não seja possível dizer com convicção sobre quem foi o autor do manuscrito, conjecturamos que o vigário Manoel Camelo Pinto não é o autor material dos assentos, uma vez que notamos polivalência gráfica entre a letra de quem redige os assentos e a letra de quem os assina.

Não obstante, o escriba não era obtuso, uma vez que ele possuía destreza para escrever os assentos. Corroboramos essa assertiva pelo fato de os assentos não terem uma grande quantidade de borrões de tinta, nem problemas de escrita.

Por fim, esclarecemos que estudar a ortografia de documentos manuscritos nos permite compreender melhor a formação do sistema ortográfico brasileiro, uma vez que sem olhar o passado torna-se mais difícil compreender e aceitar as modificações pelas quais passaram a língua escrita.

Referências

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de manuscritos**. 2.ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massanga, 2003.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e à fonologia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2003.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Problemas de Linguística descritiva**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

COELHO, Braz José. **A comunicação verbal e suas implicações didático-pedagógicas**. 3. ed. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

COELHO, Braz José. **Linguagem: conceitos básicos**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

COSTA, Renata Ferreira. **Edição semidiplomática de memória histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do arquivo do Estado de São Paulo**. 2007. 558 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

FARIA, Ernesto. **Fonética Histórica do Latim**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil**. 2011. 432 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 2. ed. aum. São Paulo: EDUNESP/ Arquivo do Estado, 1991.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Trad. Marcos Marcionilio. 10. ed. corrigida. São Paulo: Parábola, 2003.

MEGALE, Heitor *et alii*. A leitura de manuscritos em Português: documentação do século XVII. In: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; GONÇALVES, Maria Filomena (Org.). **Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa**. (Série Trilhas Linguísticas). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007, p. 127-158.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS, com rubrica do Presidente da Câmara Paroquial Francisco Domingues Silveira de Souza. **Livro de Assentos de Registros de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus**. 52 fólios. Villa do Catalão, 1º de Setembro de 1837.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**, Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro: [s.n], 1870. 5v. 1603.

PONTES, Lucas de Almeida. **O espraiamento da nasalização do português do Brasil**. 2014. 80 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista Júlio

de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), Araraquara, 2014.

SAID ALI, Manuel. **Grammatica historica da lingua portugueza**. 2. ed. melh. e augm. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

SCHREINER, Cátia. **Edição Semidiplomática de documentos manuscritos catarinenses do século XVIII: Livro de “ofícios do vice-rei para o governador da Capitania” (1793 – 1798)**. 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, 2007.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos. (Org.). **Gramática da linguagem portuguesa (1536)**: edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

Willians, Edwin. **Do latim ao português**: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Trad. Antônio Houaiss. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

Recebido em: 10 maio 2019

Aceito em: 20 jul. 2019